

**GIRAUDO, Laura e MARTÍN-SACHEZ, Juan (Editores).** *La Ambivalente Historia del Indigenismo: Campo Interamericano y Trayectorias Nacionales, 1940-1970.* Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2011, 295 pp.

Max Maranhão Piorsky Aires  
Universidade Estadual do Ceará

Esta coletânea<sup>1</sup> reuniu artigos sobre a história do indigenismo no México, Peru, Guatemala e Estados Unidos com o seguinte recorte cronológico: a celebração do *Primeiro Congresso Indigenista Interamericano* (1940), ocasião em que foram formuladas as bases conceituais do indigenismo interamericano, e a *Conferência de Barbados* (1971), onde foram postuladas uma série de críticas à prática indigenista estatal.

No primeiro capítulo, a coordenadora do projeto, Laura Giraudo, comparou a formação do indigenismo nos casos mexicano, guatemalteco e peruano. Em Patzcuáro, México, representantes de quase todos os países do continente (com exceção do Paraguai e Canadá) fundaram um ambicioso programa continental no *Primeiro Congresso Indigenista Interamericano*. O contexto para a formulação do programa de ações não surgiu no congresso, mas em reuniões realizadas desde a década de 1930. Fatos de última hora definiram o lugar do encontro, que inicialmente seria na Bolívia, e, posteriormente, após crise política naquele país, transferiu-se para o México, sob a coordenação do educador Moisés Sáenz. Este selecionou representantes de posturas concebidas como radicais e fora do âmbito estatal em diferentes países (Peru, Guatemala, Ecuador e, em menor medida, Bolívia, Colômbia, Panamá e El Salvador). A estratégia de Sáenz era constituir uma rede de apoio em torno de si e garantir a adesão dos ilustres convidados às orientações que seriam definidas no

congresso. O Brasil, de fora do seletor grupo do indigenista mexicano, mas convidado, enviou o antropólogo Roquette Pinto.

O projeto de Sáenz surtiu efeito e as resoluções foram aprovadas defendendo posturas de proteção e amparo dos direitos indígenas, bem como estabelecidos alguns consensos sobre os significados do indigenismo. De agora em diante, a política indigenista era definida como um conjunto de normas e ações com o objetivo de melhorar a vida dos indígenas. Outras resoluções fizeram referência à necessidade da antropologia para a ação indigenista, criação de estrutura administrativa, o Instituto Indigenista Interamericano (III), e corpo profissional especializado. Em seguida à reunião foram cadastradas as instituições e especialistas em cada país dedicados aos assuntos indígenas. Peru, Guatemala e Estados Unidos criaram seus Institutos Indigenistas. Enfim, uma rede indigenista interamericana era constituída.

No entanto, o consenso era mínimo em face da variedade de posturas agrupadas em torno do rótulo indigenista. Para Giraudo, seria mais exato afirmar que o indigenismo nascia como um campo bem mais aberto e plural do que normalmente os pesquisadores o definiram. O termo indigenista, por exemplo, referia-se a diferentes experiências e posturas, às vezes sem compatibilidade e, em certos casos, em competição com outros termos: indianista ou indianófilo.

Em relação à Guatemala, Giraudo identificou a presença de distintas posições que iam desde a defesa dos indígenas até posturas baseadas na eugenia. Porém, após Pátzcuaro, o governo guatemalteco criou, em 1945, o Instituto Indigenista Nacional da Guatemala (IING), dirigido pelo antropólogo Antonio Goubaud. Daí em diante surgiram propostas de um indigenismo com participação indígena, que marcou uma ruptura com o período inicial. Para Abigail Adams, outra pesquisadora presente na publicação, a formação de um indigenismo no país se beneficiou das redes, instituições e congressos interamericanos. Esta ampliação do espaço internacional, entre

os anos 1930 e 1940, contou com uma conjuntura histórica favorável, pois o IING surgiu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e beneficiada pelo novo quadro geopolítico e interesses estadunidenses.

Noutro capítulo, Osmar Gonzales destacou que, no Peru, durante a *Oitava Conferência Internacional Americana* (1938) aconteceu a defesa de ideias reformistas em relação à solução do que era concebido como o “problema indígena”. No entanto, em seguida assumiu a presidência o facista Óscar R. Benavides (1933-36) e estas ideias não prosperaram (Gonzales, pp. 135-6). Como apontou Giraudo, o Peru possuía uma trajetória histórica de presença de muitos e distintos indigenismos. Daquele país foram à Pátzcuaro intelectuais qualificados e em sintonia com as transformações sociais da sociedade peruana, como, por exemplo: crescimento demográfico e migração campo-cidade, declínio da oligarquia rural agroexportadora, emergência de uma burguesia urbano-industrial e necessidade de ampliação do mercado interno.

Em seguida à reunião de Pátzcuaro, Peru criou o Instituto Indigenista Peruano (IIP), em 1946, num período em que também o campo de poder internacional era reconfigurado com a necessidade americana de alargar sua área de influência na América Latina. Este contexto parecia ser favorável à implementação das ideias de Patzcuáro, tanto que na reunião ficou definido que o *Segundo Congresso Indigenista Interamericano* seria em Cuzco. Em 1952, iniciou um projeto digno de nota: Peru-Cornell, um plano de antropologia aplicada em aliança com a antropologia norte-americana. Esta concepção indigenista “apesar de autodenominada científica, terminou expandindo uma visão estática e museística do índio” (p. 152), bem como diluiu o discurso político nas torrentes da objetividade científica e da Guerra Fria. Porém, em pouco tempo, esta larga história do indigenismo desapareceu com o golpe de estado do general Manuel Odría (1948-1956), em 1948, que frustrou a realização do congresso e o futuro da ação indigenista.

Noutro capítulo, Juan Martín-Sánchez analisou o momento seguinte ao de Odria e as ambiguidades das ações direcionadas aos índios durante o governo militar de Velasco Alvarado. Em duas ações as populações indígenas foram mais impactadas: reforma agrária e políticas educacionais. A estratégia de reforma agrária procurou acabar com a categoria “indígena”, considerada discriminatória, e também com o quadro de desigualdades socioeconômicas que sustentava a discriminação. O primeiro tema suscitou polêmicas antigas. Já o segundo tema era resultado da internacionalização do indigenismo após Patzcuáro. Nesta mesma direção seguiram as políticas educacionais com a retórica do bilinguismo e respeito à cultura. Na prática, o indigenismo deste período era bem diferente das concepções revolucionárias de Mariátegui, pois, se a reforma agrária possibilitou a derrota das oligarquias rurais, ela pouco modificou as condições socioeconômicas dos índios. O mesmo aconteceu com as políticas educacionais, que sofreram com a falta de recurso financeiro e pessoal especializado. Em relação a mudança de nome de “indígenas” para “camponeses”, presente na Lei de Reforma Agrária (1969) e dirigidas às pessoas dedicadas à agricultura e criação de gado, significou a possibilidade de abandonar suas identidades locais e adesão às categorias de camponês ou peruano. Em outras palavras: nacionalizar os indígenas e indigenizar a nação.

Alexander Dawson examinou o debate em Pátzcuaro sobre o uso do peyote pelos índios huicholes e a autodeterminação. Durante e após a reunião, indigenistas mexicanos e norte-americanos convergiram em temas como reforma agrária, educação e preservação da cultura. Porém, as interpretações que seguiram após a reunião sobre o peyote foram distintas. Os estadunidenses compreenderam o consumo da planta como um ponto de partida para reconhecer a autodeterminação, pois numa nação imaginada como se fosse branca, “o peyote era inofensivo e ajudava aos índios a formar comunidades mais fortes e a recuperar sua cultura”

(p. 186). Os mexicanos guardaram silêncio sobre o consumo de peyote entre as décadas de 1930 e 1940. Estes índios, quando eram manchetes na imprensa nacional, eram concebidos como atrasados, pobres, místicos e fora da modernidade. Em suma, um empecilho para o projeto de modernização, integração e desenvolvimento da nação.

Os agentes do Estado somente vieram a descobrir os huicholes no final da década de 1950 ao se depararam com a dificuldade de acesso aos locais, ausência de escolas e tratamento médico, ou seja, ausência do Estado. O peyotismo, os direitos e a própria indianidade significaram no México um “fenômeno que está no coração de uma série de reformas legais orientadas a respeitar os direitos dos povos indígenas” (p. 187). Enquanto que nos Estados Unidos, a geração de 1960, não defendeu os direitos religiosos, mas descobriu uma cultura de paz contrastante com os conflitos da modernidade. No México e Estados Unidos o debate sobre esta planta, portanto, permitiu a formulação de uma linguagem sobre direitos humanos, legislação, cultura e religião.

No último capítulo, Stephen Lewis, analisou cinquenta anos de políticas indígenas do estado de Chiapas, México. De acordo com Lewis, entre 1910 e 1920 o indigenismo constituiu-se como um dos fenômenos mais importantes após a Revolução Mexicana para onde convergiram tendências intelectuais e artísticas que queriam incorporar os indígenas ao novo ideal de nação, mais coesa e igualitária. Os professores da Secretaria de Educação Pública (SEP) foram os primeiros funcionários federais contrários às condições de vida dos indígenas e elegeram como instrumento de transformação a escola. Em seguida, na presidência de Lázaro Cárdenas (1934-1940), a assistência material federal foram pilares da política nacional. Porém, durante a presidência de Manuel Camacho (1940-1946) e Miguel Alemán (1946-1952), o indigenismo era colocado em segundo plano. Indigenistas, índios e comunidade internacional reagiram à esta política e, como resposta, Alemán criou em 1948, o Ins-

tituto Nacional Indigenista, que em Chiapas colocou em ação projetos educacionais, de saúde e outros inovadores para a época. No entanto, a resistência a estas políticas surgiram dos landinos (não indígenas), que oporam-se às ações federais e responsáveis pelos limitados resultados das ações indigenistas.

De uma maneira geral o grupo de pesquisadores encontrou contrastes na literatura sobre o indigenismo que oscila entre elogios e, depois de Barbados, duras críticas. Em sua maioria a bibliografia era escrita pelos protagonistas ou críticos do indigenismo. Ou então possuía uma forte característica autorreferencial, ou seja, cada nova geração pretende fundar uma nova forma de fazer indigenismo. Esta particularidade contribui para sedimentar entre os pesquisadores do indigenismo que, antes deste livro, julgávamos corretas, como, por exemplo: pelo menos num primeiro momento, o campo profissional formado em torno do indigenismo era múltiplo e marcado por um leque de disciplinas e profissões, e não somente a Antropologia, como se supõe. Nem havia também, como poderíamos imaginar, uma relação clara com o aparato estatal. Como disseram Giraud e Mantín-Sánchez, a história do indigenismo fora marcada pela ambivalência de um projeto fracassado em transformar a vida dos indígenas e exitoso na produção de um “conjunto de práticas identificadoras por meio das quais os participantes no campo indigenista re reconhecem e são reconhecidos por quem se situa fora deste campo” (p. 17).

## Notas

- 1 Para saber mais, consultar a página do projeto de pesquisa “INTERINDI. EL indigenismo interamericano: instituciones, redes y proyectos para un continente, 1940-1960” - <http://www.eeha.csic.es/interindi/>